



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 634/2013

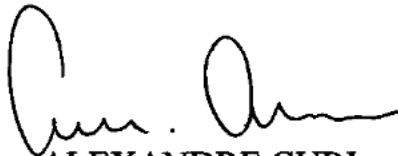
Altera a Lei nº 10419, de 2 de agosto de 1993,
de concessão de Título de Utilidade Pública.


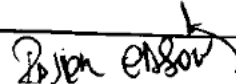
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.419, de 2 de agosto de 1993,
passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede no Município de
Missal e foro no Município de Medianeira."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 



Prof. Lenis



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 635/2013

Altera a Lei nº 11.817, de 22 de agosto de 1997,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.817, de 22 de agosto de 1997,
passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais de Figueira, com sede no Município
de Figueira e foro no Município de Curiúva."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator
Prof. Kuro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 636/2013

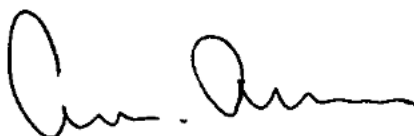
Altera a Lei nº 10.240, de 8 de janeiro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

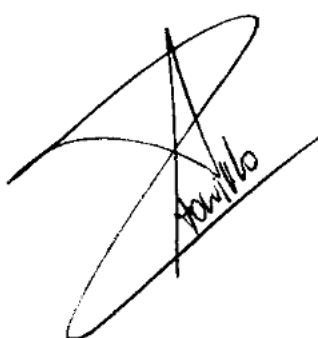

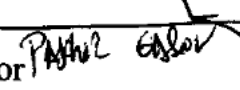

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.240, de 8 de janeiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, com sede no Município de Sapopema e foro no Município de Curiúva."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator 

Paulo Roberto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 637/2013


Altera a Lei nº 14.385, de 12 de maio de 2004,
de concessão de Utilidade Pública.


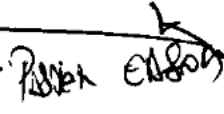
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.385, de 12 de maio de 2004,
passa a vigorar com a seguinte redação:


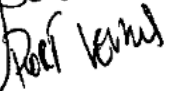
“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede no
Município de Pinhal de São Bento e foro no Município de
Ampére.”



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Relator 


Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 704/2013

Institui no Estado do Paraná o dia 20 de novembro como o Dia de Oração e Ação pela Criança.

Art. 1º Institui no Estado do Paraná o dia 20 de novembro como o Dia de Oração e Ação pela Criança.

Art. 2º Este dia tem por objetivo colaborar na conscientização sobre várias atividades necessárias para o desenvolvimento das crianças, como a vacinação, aleitamento materno, luta contra a fome e desnutrição, luta pelo fornecimento de água potável, registro de nascimento, campanha contra a intimidação, campanhas contra violência sexual e trabalho infantil, promoção da educação para a paz, ensino da ética e outras ações similares.

Art. 3º O evento ora instituído passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI

Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 15/2014

Autoriza o Poder Executivo a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o BNDES até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para apoiar empreendimentos produtivos que visem à inclusão social de agricultores e trabalhadores de baixa renda.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vistas a apoiar empreendimentos produtivos que visem a inclusão social de grupos organizados de agricultores e trabalhadores de baixa renda observadas as condições e normas fixadas pelos respectivos editais.

Art. 2º Os empreendimentos serão selecionados por meio de editais, com foco em associações ou cooperativas com sede no Estado do Paraná que incentivem a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável local ou regional.

Art. 3º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento da contrapartida requerida. O valor que será disponibilizado pelo BNDES representa 50% do total do Projeto.

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:


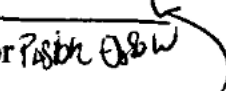
I - firmar acordos, convênios e editais necessários à implementação do referido Contrato;

II - abrir créditos adicionais respectivos até o valor do contrato de concessão.

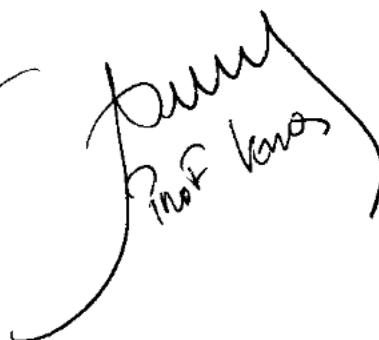
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Relator


Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Decreto Legislativo nº 2/2013

Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de imóveis.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art.73 da Constituição Estadual, combinado com o Art. 122 do Regimento Interno o seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, autorizado, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Décio Mello Costa, Gilmar Mello Costa e Maria Terezinha de Mello Costa, o Lote nº 2, com área de 378,6294 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das Glebas nº 8 e nº 9, localizado no Município de Sapopema e o lote nº 9, com área de 16,5922 ha, parte das mesmas Glebas, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, nos termos da Mensagem nº 153, de 19 de novembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI

Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 689/13

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 26 NOV. 2013

1º Secretário

Institui a "Semana de Conscientização e Combate à AIDS na terceira idade", a ser realizada anualmente na primeira semana de dezembro.

Art. 1º Fica instituída a "Semana de Conscientização e Combate à AIDS na Terceira Idade", a ser realizada anualmente na primeira semana de dezembro.

Art. 2º A "Semana de Conscientização e Combate à AIDS na Terceira Idade", deverá ser desenvolvida pelo Poder Executivo, ficando a cargo da Secretaria da Saúde os seguintes eventos: palestras de esclarecimento para a população; propaganda em rádio e TV; distribuição de folhetos informativos dentre outros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2013.

DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa instituída a "Semana de Conscientização e Combate à AIDS na Terceira Idade", a ser realizada anualmente na primeira semana de dezembro.

Segundo dados do Ministério da Saúde, o número de casos de Aids nessa faixa acima dos 60 anos subiu 90%, entre os anos de 2000 e de 2008, em todo o país.

Há dez anos, eram 693 casos notificados entre a população de 60 anos ou mais. Em 2008, esse número subiu para 1.321.

Para o chefe da Unidade de Vigilância Epidemiológica do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Gerson Fernando Mendes Pereira, um dos principais motivos para esse aumento é o uso de remédios que ajudam na ereção, como o Viagra.

Pereira também aponta como causas o aumento da expectativa de vida do brasileiro e a falta de familiaridade das pessoas acima de 60 anos com a camisinha.

"Os idosos não têm o costume de usar preservativo porque não cresceram ouvindo sobre a importância deles, como os jovens", explica. Isso se reflete nos números. Enquanto a doença quase dobrou nessa faixa etária em oito anos, a soma de todos os casos notificados no país teve crescimento de 13,9%.

"Antes, a Aids estava presente bem mais em grupos específicos, como os homossexuais, por exemplo. Agora ela se difundiu para todos os grupos. A doença é uma realidade, e os idosos precisam se adequar a ela", diz.

Salim lembra que não existe mais idade para interromper a atividade sexual. "O homem que cuida bem de si com atividade física e boa alimentação mantém a atividade até após os 75 anos. Sem contar que ele pode usar medicamentos que ajudam", afirma o urologista.

Preocupado com o avanço da epidemia na terceira idade, o Ministério da Saúde focou as campanhas nacionais do Dia Mundial de Combate a Aids de 2008 e no Carnaval de 2009 para respectivamente homens e mulheres com mais de 50 anos. (Redação da Agência de Notícias da Aids).

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 689/2013

Projeto de Lei nº. 689/2013

Autor: Deputada Dr. Batista.

Súmula: Institui a "Semana de Conscientização e Combate à AIDS na terceira idade", a ser realizada anualmente na primeira semana de dezembro.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE A AIDS NA TERCEIRA IDADE. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Semana de Conscientização e Combate à AIDS na terceira idade".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No entanto o artigo 2º dá atribuições ao Poder Executivo, que é vedado pela Constituição Federal. Em sendo assim, o mesmo deverá ser modificado, para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções, haja visto que o Poder Legislativo jamais poderá impor qualquer atribuição ao Poder Executivo.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, 4º §º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como modificativa aquela proposição apresentada que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Modificativa** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. FERNANDO SCANAVACCA
Relator


Dep. Coito


Dep. Heráclito


Dep. Gusmão


Dep. Laurênio


Dep. Antonio

APROVADO

17.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO 689/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 689/2013, passando a contar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

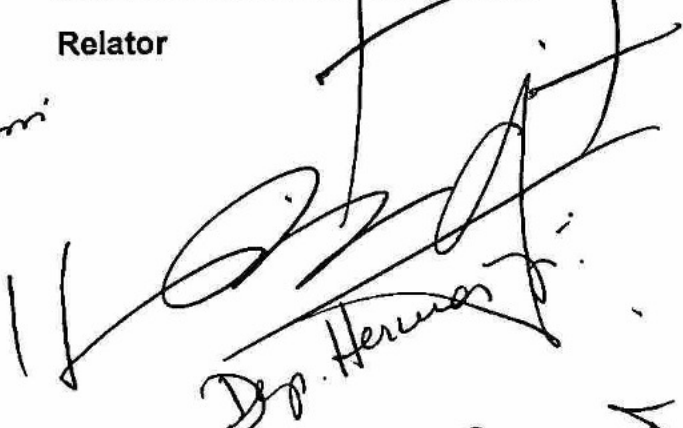
Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. FERNANDO SCANAVACCA
Relator


Dep. Turiani


Dep. Ceiko


Dep. Hermes

APROVADO

17.12.13


Dep. Pastor



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 10 DEZ 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 745/2013

Altera a Lei nº 8.859, de 29 de agosto de 1988.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 8.859, de 29 de agosto de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Santa Izabel do Oeste e foro no Município de Realeza."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 8.859, de 29 de agosto de 1988, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santa Izabel do Oeste. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Santa Izabel do Oeste e foro no Município de Realeza, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 745/2013

Projeto de Lei nº. 745/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 8.859, de 29 de agosto de 1988.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.859/1988 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 8.859/1988. Súmula: Declara de utilidade pública a APAE "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel D'Oeste".

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Santa Izabel do Oeste" para "sede no Município Santa Izabel do Oeste e foro no Município de Realeza".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e
do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob
a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



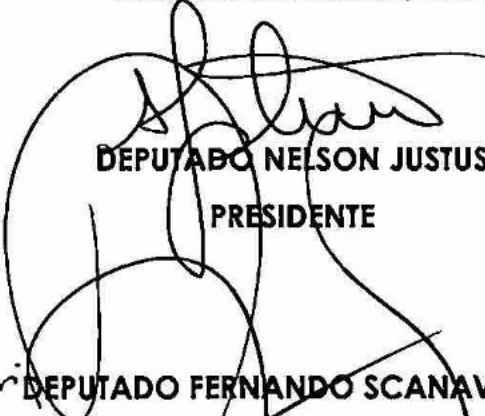
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

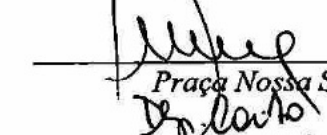
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.

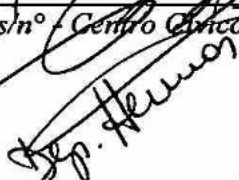

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

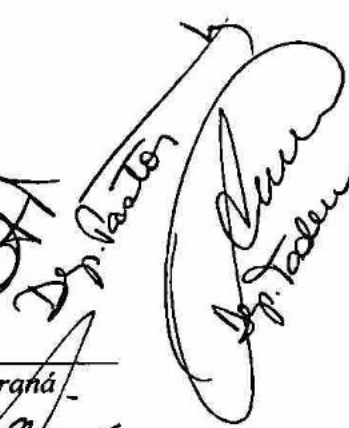


APROVADO

17.12.13

Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Heitor


Dep. Durval


Dep. Pastor

Dep. Tadeu



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 10 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 746/2013

Altera a Lei nº 12.916, de 29 de agosto de 2000.

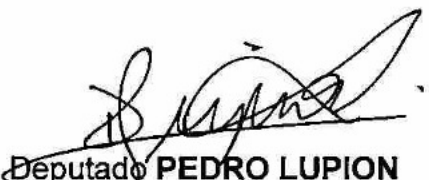
Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.916, de 29 de agosto de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no Município de Salto do Lontra."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE

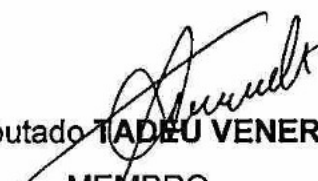

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.916, de 29 de agosto de 2000 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no Município de Francisco Beltrão. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no Município de Salto do Lontra, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 746/2013

Projeto de Lei nº. 746/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.946, de 29 de agosto de 2000.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.946/2000 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.916/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança do Sudoeste, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Francisco Beltrão.

O projeto pretende modificar a "sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Francisco Beltrão"



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



para "sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro no município de Salto do Lontra".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


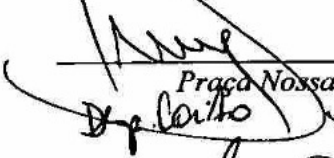



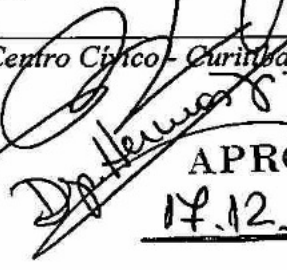
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 10 DEZ 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 747/2013

Altera a Lei nº 12.477, de 20 de
janeiro de 1999.


Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.477, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Pinhalão e foro no Município de Tomazina."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.


Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.477, de 20 de janeiro de 1999, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Pinhalão. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Pinhalão e foro no Município de Tomazina, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 747/2013

Projeto de Lei nº. 747/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.477, de 20 de janeiro de 1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.477/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.477/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Pinhalão.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Pinhalão" para "sede no município de Pinhalão e foro no município de Tomazina".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

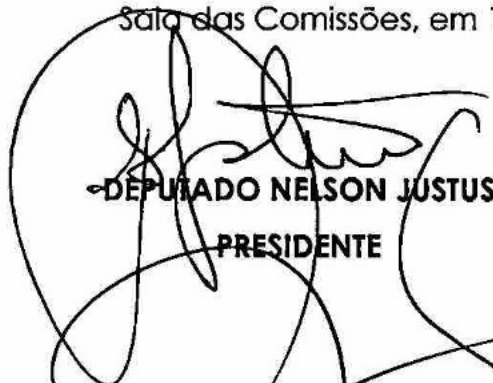


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


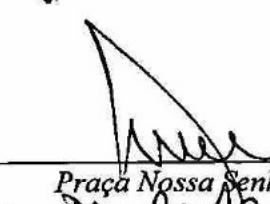
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.




DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


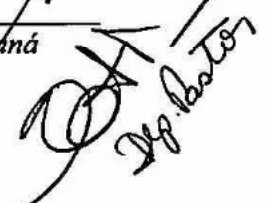

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Turini

Dep. Carlos
APROVADO

17.12.13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Henrique

Dep. Ruy


Dep. Tadeu

Dep. Ruy



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 10 DEZ. 2013
[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 748 /2013

Altera a Lei nº 11.788, de 10 de julho de 1997.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.788, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de São Pedro do Ivaí e foro no Município de Jandaia do Sul."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

[Assinatura]
Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

[Assinatura]
Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.788, de 10 de julho de 1997, concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de São Pedro do Ivaí e foro no Município de Jandaia do Sul, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 748/2013

Projeto de Lei nº. 748/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.788, de 10 de julho de 1997.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.788/1997 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 11.788/1997. Súmula: Declara de utilidade pública, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, mantenedora da Escola Centro Educacional para Excepcionais, com sede e foro na cidade de São Pedro do Ivaí.

O projeto pretende modificar a "sede e foro na cidade de São Pedro do Ivaí" para "sede no município de São Pedro do Ivaí e foro no município de Jandaia do Sul".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


CONCLUSÃO

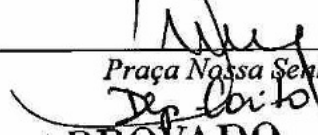
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Furini

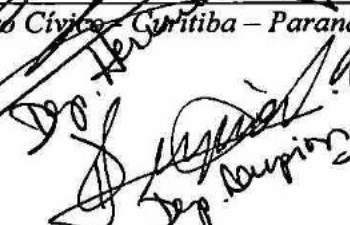

Dep. Corio

APROVADO

17.12.13


Dep. Taceni


Dep. Pastor


Dep. Henrique


Dep. Auripino